

Artigo

# A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

p. 228-244

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 19 • nº 2 (2015)

ISSN 2179-0892

## Como citar este artigo:

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102776>.



Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

# A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira

---

## Resumo

O texto discute o processo histórico da mundialização do capital durante o período denominado neoliberalismo e suas interferências na agricultura brasileira, além do conceitos de mundialização e globalização. O papel dos alimentos como *commodities* e sua participação nas bolsas de mercadorias e futuros é contrastado com a crise alimentar e a fome mundial. Por fim, apresenta-se o novo lugar mundial da agricultura brasileira como parte da mundialização do capital.

**Palavras-chave:** Mundialização. Globalização. Neoliberalismo. Agricultura brasileira. Produção de alimentos.

---

## La mundialización del capital y la crisis del neoliberalismo: el lugar mundial de la agricultura brasileña

---

### Resumen

El tema aborda el proceso histórico de la mundialización del capital durante el período conocido como el neoliberalismo y su injerencia en la agricultura brasileña. Se discuten los conceptos de mundialización y la globalización. El papel de los alimentos como *commodities* y su participación en las bolsas de productos y de los mercados de futuros se contrasta con la crisis alimentaria y el hambre del mundo. Por último, se presenta el nuevo lugar mundial de la agricultura brasileña como parte de la mundialización del capital.

**Palabras clave:** La mundialización. La globalización. El neoliberalismo. La agricultura brasileña. La producción de alimentos.

---

# Mundialization of capital and crisis of neoliberalism: the world place of Brazilian agriculture

---

## Abstract

The theme addresses the historical process of the globalization of capital during the period known as neoliberalism and its interference in Brazilian agriculture. The globalization and globalized concepts are discussed. The role of food as a commodity and its participation in the commodities and futures exchanges is contrasted with the food crisis and world hunger. Finally, is presented the new world place of Brazilian agriculture as part of the internationalization of capital.

**Keywords:** Mundialization. Globalization. Neoliberalism. Brazilian agriculture. Food production.

---

## Mundialização X globalização: a onda neoliberal e os intelectuais

As últimas décadas do século XX foram marcadas por transformações sociais, econômicas e territoriais que diferenciaram o mundo atual de outras épocas históricas. O fim do socialismo na URSS (e na Europa Oriental), anunciado num discurso pela televisão, mostrou que esse tempo sem revoluções armadas estava revolucionando o mundo todo. Ninguém jamais havia escrito o que se estava assistindo. O século XX que fora o marco do nascimento e expansão do socialismo terminava com um passo atrás em meio a sua crise. As ideologias nunca foram tão discutidas e investigadas. Para uns a utopia socialista acabava, para outros estava em crise. Muitos ficaram órfãos. Transformava-se também, para muitos intelectuais suas visões sociais de mundo.

A ideologia burguesa vestida de vencedora da grande corrida do final do século tratou de se reproduzir triunfante e ufanista. Mudavam-se os rumos das relações entre a economia e a universidade. A pauta deixava de ser atributo da elite pensante, agora, ela passava a ser atributo da economia, quer dizer das empresas e de seus executivos. A economia capitalista mundial passava das empresas para seus porta-vozes presentes nas revistas, jornais, televisão, rádios e todo tipo de mídia. A Internet abriu caminho técnico para viabilizar a comunicação entre quase tudo e quase todos. E, o celular e seus aplicativos acabaram por colocar quase todos em contato, quase todos “caíram” na rede. Rede passou a ser a palavra de ordem no mundo acadêmico onde tudo virou rede. Ah! Velhos tempos onde rede era instrumento de trabalho e de coleta de alimentos, instrumentos de práticas esportivas, instrumento para juntar pessoas sem enredá-los, sem torná-los indivíduos deles mesmos. Na ilusão que estão conectados ao mundo, tornam-se produtores de informações para eles mesmos verem, lerem, curtirem etc. É a curtição ao avesso: na selfie, exibem-se para si mesmos. É a plenitude do narcisismo. Ou melhor, vive-se a ideologia do indivíduo e do individualismo. Não há mais tempo livre para trocar ideias para revolucionar o mundo, exceto se for pelo Facebook, pelo WhatsApp, pelo Twitter etc., ou seja, pelas redes sociais. O celular é agora a máquina que faz a mediação entre

as pessoas. Não pode haver mais segredos, pois eles ficam gravados nas máquinas que viabilizam as comunicações entre as pessoas. Não há mais comando dos indivíduos sobre a máquina, são os novos Tios Sam, ou “o grande irmão”, que tudo sabe sobre os que pensam estar se comunicando em segredo. Enfim, é a ideologia burguesa procurando se apoderar da mente das pessoas, sobretudo dos jovens, para a reprodução de futilidades, fofocas, projeção social etc. Mas muitos dirão que elas também podem ser instrumentos de transformação no mundo da política. Por certo, poderão sim, mas sempre sob os olhos do capital, que agora controla as máquinas e o cotidiano das pessoas. Sempre é bom lembrar que, antes, era no cotidiano que a liberdade frente ao capital permitia às pessoas pensarem criticamente seu próprio cotidiano, sem a mediação do capital.

Mas não bastou apenas essa transformação profunda nas relações entre as pessoas, porque a poderosa mídia econômica também passou a pautar a produção intelectual, particularmente a universitária. Os temas de pesquisa devem ser aqueles da moda desses tempos, ou seja, aqueles que a mídia veicula. A expressão usada para justificá-lo é “tem de estar na agenda”. Parece que isso aconteceu a partir dos anos 1980. Dois processos vieram juntos, intercambiando-se: o neoliberalismo e a mundialização do capital.

O neoliberalismo tem sido uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas. Trata-se, pois de uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial. Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais etc.

Entre a mídia econômica capitalista mundial, nasceu como releitura das transformações que o capitalismo passou no fim do século XX e da crise do socialismo no leste europeu, o uso dos termos *global* e *globalization*. Eles não derivam de uma reflexão intelectual voltada para a produção de teorias no mundo acadêmico, mas foram criados de forma ideológica para explicar o processo de reordenação territorial do capitalismo mundial. Esse processo estava fundado na formação, compra e fusões de oligopólios econômicos que monopolizaram a economia em termos mundiais. Como novidade, formaram-se também em termos mundiais os monopólios constituídos nos países emergentes, fruto da ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio do Estado. Estas associações entre empresas monopolistas nacionais e empresas monopolistas internacionais transformaram ambas, em empresas mundiais. Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes fazendo alianças com setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais.

No meio acadêmico, importantes intelectuais, particularmente durante a década de 1990, procuraram construir uma explicação científica para o termo *globalização*. Destacaram-se entre eles, Milton Santos, Armén Mamigonian, Paulo Freire, Octávio Ianni, Georges Benko e Paul Singer. Por certo a geografia como ciência entrara definitivamente no debate geopolítico do fim do século. Afinal, os termos *borderless* e *stateless* estiveram no centro do debate da nova geopolítica mundial. Nenhuma coisa e nem outra, as fronteiras continuaram vi-

víssimas e as nacionalidades muito mais profundas e arraigadas. Muitos transitaram por um ou outro caminho, ou mesmo procuram estabelecer conexões entre eles. O certo é que o mundo não era mais o mesmo dos anos 1970.

Em 1997, Milton Santos (2000, p. 15) registrava a importância dessa época nova com identidade própria, em que não havia lugar para a repetição da história:

A globalização é o estágio supremo do imperialismo, mas não é o imperialismo. Devemos evitar aquilo que Marx chamava de erro do século, isto é, definir uma condição histórica como se ela fosse uma condição já passada. A globalização é coisa nova, inteiramente nova. Na face da terra, porém, tudo é combinação, porque o passado, graças às formas herdadas, não desaparece totalmente; mas os fatores dinâmicos de cada momento comandam os outros fatores e provocam mudanças. Da capacidade de perceber a mudança e os seus fatores centrais vem a possibilidade de construir uma análise válida. É assim que as épocas são definidas.

Se a ideia de período nos falta, a geografia também nos faltará, porque já não estaremos distinguindo quais são os objetos novos, nem as ações novas capazes de mover esses objetos novos. Sem essa noção seremos, também, incapazes de transcrever, na inteligência, o diálogo entre o novo e o velho, estabelecendo as hierarquias sem as quais não há análise.

Por conseguinte, a globalização deve ser tratada como um período histórico, isto é, um momento da vida da humanidade, com suas características próprias, diversas do passado mais recente e susceptíveis, pela sua realidade, de ser incluídas num processo de elaboração teórica.

Naquele mesmo momento, Armén Mamigonian fazia uma incursão na história do marxismo para identificar as origens da internacionalização mundial que o mundo capitalista passava a viver:

G. Myrdal criticou a maquiagem que as expressões socioeconômicas podem sofrer. Antes da segunda guerra mundial falava-se em países atrasados, que os marxistas caracterizavam como coloniais e semicoloniais. Após 1945 apareceram como subdesenvolvidos, mas com o tempo passaram a ser chamados de “menos desenvolvidos” e depois “países em desenvolvimento”. J. K. Galbraith igualmente ironizou o fato de que as instabilidades geradas pelo capitalismo fossem chamadas no EUA de “crise” ou “pânico” no século XIX, “depressões” no início do século XX, “recessões” no pós-Segunda Guerra, “ajustes de crescimento” recentemente e agora apenas “equilíbrios permanentes de desemprego”.

Segundo os neoliberais “globalização”, expressão de uso corrente e maciço, é a novidade que explica o mundo atual. [...]

É curioso assinalar que no debate contra as posturas revisionistas da 2ª Internacional, Lênin elogiou a observação sobre o “ultraimperialismo” de Kaustsky, como tendência futura do capitalismo. A “globalização” como ideologia que se vende e se impõe aos povos oprimidos é basicamente o projeto econômico-político americano de liderar o ultraimperialismo futuro. E isso nos interessa? (Mamigonian, 2000, p. 95/100).

Em seu *Economia, espaço e globalização na aurora do século XX*, publicado na França em 1995, mesmo não dando o livro de Chesnais (cuja edição francesa saiu em 1994) em sua bibliografia, Georges Benko (1996, p. 86) já abordava a globalização pela ótica da mundialização:

Essa visão de uma nova era econômica, a da globalização, é, pois, justificada. Dentre numerosas características desse fenômeno, podem-se sublinhar três elementos essenciais: 1. um mercado unificado, já que a economia mundial vai transformando-se numa zona única de produção e de trocas; 2. empresas mundializadas, gerando sobre uma base planetária a concepção, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços; 3. um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadaptado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária a interdependência econômica e política. [...]

O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global.

Esse movimento de conjunto cobre três etapas. A primeira, a internacionalização, está ligada ao desenvolvimento dos fluxos de espolição. A segunda, a transnacionalização, liga-se aos fluxos de investimento e das implantações no estrangeiro. A terceira fase, ou globalização corresponde à instalação das sedes mundiais de produção e de informação.

Em 1997, discutindo globalização, ética e solidariedade, Paulo Freire fazia severas críticas à globalização, denunciando o lado oculto que desse discurso. Seu texto revelava no contraponto da ética do mercado a ética da solidariedade humana:

O seu discurso, que fala da ética, esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (Freire, 1997, p. 248-249).

Mas talvez tenha sido Octávio Ianni quem mais tenha dedicado textos a esse tema. Em seu *Teorias da globalização* (1995), sintetizou praticamente tudo o que estava sendo escrito naquela década.

Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. [...] Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvol-



vimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global (Ianni, 1995, p. 135/136).

Lembrou também que, embora para Marx o capitalismo fosse um processo civilizatório mundial, não se tratava de pensar que em Marx a sociedade global já estivesse formulada.

Para Marx, o capitalismo é um processo civilizatório mundial. Ainda que desenvolva polos mais ou menos poderosos, como na Holanda, na Inglaterra, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, no Japão e em outras nações, esses mesmos polos formam-se e desenvolvem-se com base em um vasto sistema de relações com tribos, clãs, povos, nações e nacionalidades, próximos e remotos, em continentes, ilhas e arquipélagos. Trata-se de um processo civilizatório que “invade todo o globo”, envolve “o intercâmbio universal” e cria as bases de “um novo mundo”, influenciando, destruindo ou recriando outras formas sociais de trabalho e vida, outras formas culturais e civilizatórias. [...]

Não se trata de pensar que a sociedade global já estava em Marx. Trata-se apenas de reconhecer que algumas das intuições e interpretações desenvolvidas em seus escritos contemplam as dimensões mundiais do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. No pensamento de Marx e de alguns de seus continuadores podem encontrar-se recursos metodológicos e teóricos fundamentais para a inteligência da globalização. Nessa perspectiva, a sociedade global pode aparecer complexa e evidente, caótica e transparente; uma totalidade problemática, contraditória, em movimento (Ianni, 1995, p. 161).

Para Ianni, a possibilidade de formação de uma sociedade global reabria o debate sobre a modernidade e a pós-modernidade. E esse debate trazia consigo a dialética da globalização, ou seja, integração e fragmentação, nacionalismo e regionalismo, racismo e fundamentalismo, geoeconomia e geopolítica. As ciências sociais (re)descobria, a geografia. Na bibliografia do livro, dois geógrafos: Milton Santos e David Harvey.

A formação da sociedade global reabre a problemática da modernidade em suas implicações filosóficas, científicas e artísticas. No âmbito da globalização de coisas, gentes e ideias, modificam-se os quadros sociais e mentais de referência. Tudo que é evidentemente local, nacional e regional revela-se também global. As relações, os processos e as estruturas característicos da globalização incutem em praticamente todas as realidades preexistentes novos significados, outras conotações. [...]

Como a globalização abala mais ou menos profundamente os parâmetros históricos e geográficos, ou as categorias de tempo e espaço, que se haviam elaborado com base no Estado-nação, nas configurações e movimentos da sociedade na-

cional, logo se reabre a problemática da continuidade ou não continuidade da modernidade; assim como o debate modernidade ou pós-modernidade (Ianni, 1995, p. 163/164).

Por fim, Ianni faz uma reflexão sobre o imaginário daqueles que passam a cultivar a ideia do início da pós-modernidade, quando a razão seria substituída pela imaginação, a experiência seria trocada pela aparência, o real pelo virtual etc. É certo que em parte esse mundo invadiu o pensamento acadêmico – nunca se pesquisou tanta futilidade.

Quando se acelera o processo de globalização, dando a impressão de que a geografia e a história chegam ao fim, muitos pensam que entrou a pós-modernidade, declinou a razão e soltou-se a imaginação. Troca-se a experiência pela aparência, o real pelo virtual, o fato pelo simulacro, a história pelo instante, o território pelo dígito, a palavra pela imagem.

Tudo se desterritorializa. Coisas, gentes e ideias, assim como palavras, gestos, sons e imagens, tudo se desloca pelo espaço, atravessa a duração, revelando-se flutuante, itinerante, volante. Desenraízam-se dos lugares, esquecem os pretéritos, presentificam-se nos quatro cantos do mundo. A sociedade global transforma-se em um vasto mercado de coisas, gentes e ideias, bem como de realizações, possibilidades e ilusões, compreendendo também homogeneidades e diversidades, obsolescências e novidades. [...]

O mundo transforma-se em território de todo o mundo. Tudo se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraíza-se, circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos, mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se irrelevantes e inócuas, fragmentam-se e mudam de figura, parecem mas não são. [...]

Esse é o universo da fragmentação. Fragmentam-se o espaço e o tempo, o pensado e o pensamento, a realidade e a virtualidade, o todo e a parte. Dissolvem-se modos de ser sedimentados e formas de pensar cristalizadas. As linguagens caminham para outras formas de expressar, narrar, soar, desenhar, ilustrar. A narração é atravessada pela dispersão dos signos, significados e conotações. Inauguram-se novas formas narrativas: montagem, colagem, bricolagem, vídeo-clipe, aforismo, pastiche, simulacro, virtualismo (Ianni, 1995, p. 169/170).

Além a invasão do mundo acadêmico pelo discurso econômico, político e cultural do neoliberalismo, o próprio mundo acadêmico se foi transformando. Segundo Ivan Domingues, de um lado, estavam o sistema de comunicação da ciência e a era da *big science* e, de outro, o taylorismo acadêmico do *publish or perish* (“publique ou pereça”). Os laboratórios e os centros de pesquisa institucionais foram rapidamente substituídos por grupos de pesquisa que reproduzem as neocatedras do novo “cacicado” da pós-graduação e da pesquisa. Via de regra, em rede, enredam os novos operários (escravos) da pesquisa: os pibcs e petianos na graduação, os mestrandos e doutorandos na pós, e agora também, os



pós-docs. Prazos rigorosos cada vez mais curtos, tempo de trabalho *full-time*, publicação e muito *money*, captado nos editais públicos e cada vez mais nas empresas privadas. Por isso também a corrida e as articulações pelo controle das representações nas agências de pesquisa (Domingues, 2014).

## A mundialização do capital e a nova aliança das burguesias nacionais

Foi François Chesnais (1996) que, no livro *La mondialisation du capital*, apresentou a raiz sociopolítica desse momento da história do capitalismo, assentada na aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. Ou seja, a remoção dos entraves nacionais e a construção de uma consciência mundial fundada nos interesses comuns e na cooperação entre as burguesias nacionais. Lembrou Chesnais (1996) que estava nascendo nas oficinas mundiais da produção intelectual e ideológica do capital monopolista mundializado, um discurso ideológico para validá-lo no meio intelectual e científico.

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 1980, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres *business management schools* de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (19851; 19902), o americano M. E. PORTER<sup>3</sup> [...]. Fez sua estreia em nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. [...] De fato, as publicações que fazem a mais extremada apologia da “globalização” e do “tecno-globalismo” apresentam esse mundo como “sem fronteiras” (*Borderless* é o título do livro de 1990 de Ohmae) e as grandes empresas, como “sem nacionalidade” (*stateless* é a expressão empregada pela influente revista *Business Week*, 19904).

Esses termos, portanto, não são neutros. Eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanto maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos (Chesnais, 1996, p. 23).

François Chesnais formulou o conceito de *mundialização* exatamente em decorrência da presença do neoliberalismo no mundo acadêmico. Portanto, o conceito de mundialização nasceu no mundo acadêmico visando explicar os elementos fundantes desse novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma, a mundialização do capitalismo monopolista amalgamou em escala mundial o capital distribuído entre os diferentes países. A construção dessa nova hegemonia foi possível, de um lado, em decorrência da emergência dos EUA como praticamente única potência

1 OHMAE, K. *Triad power: the coming shape of global competition*. New York: Free Press, 1985.

2 OHMAE, K. *The borderless world: power and strategy in the interlinked economy*. London: William Collins, 1990.

3 PORTER, M. E. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Press, 1990.

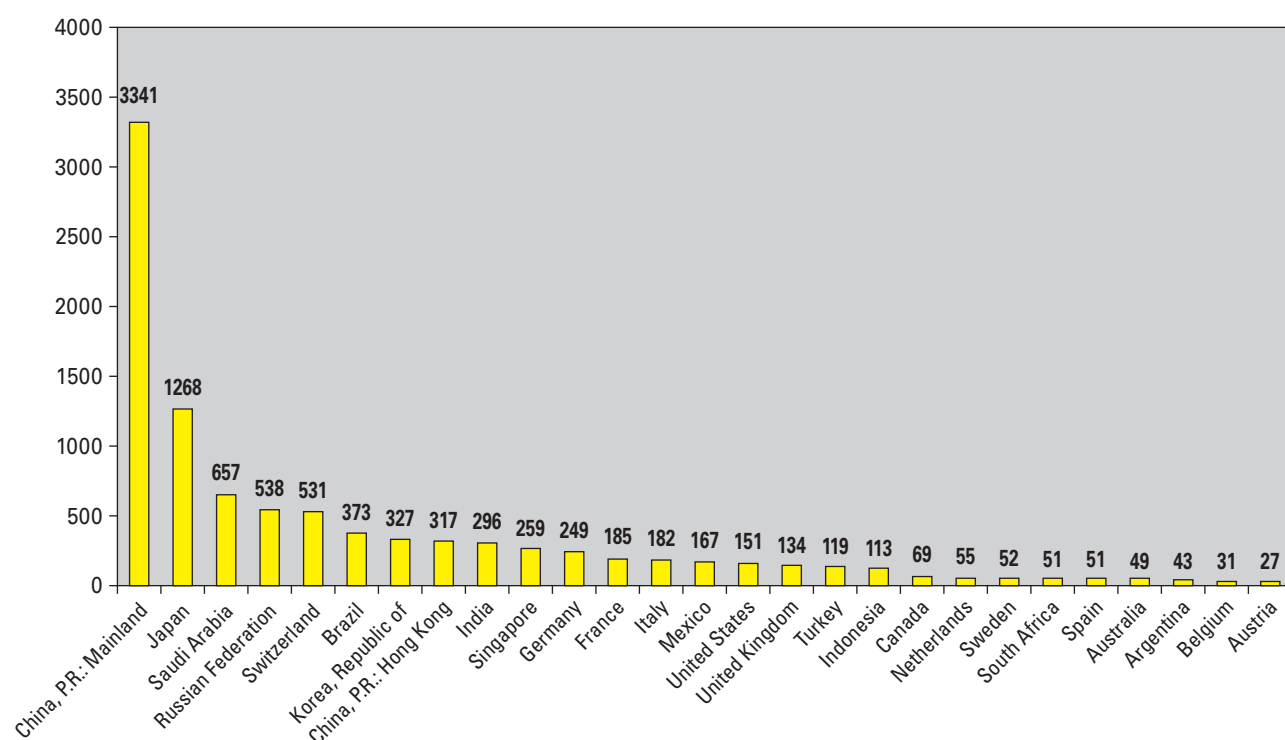
4 THE STATELESS CORPORATION. *Business Week*, New York: McGraw-Hill, May 14, 1990.

militar e econômica do mundo e, de outro, pelo processo de consolidação dos novos oligopólios internacionais: as multinacionais. Elas derivaram do cerne da crise interimperialista: a disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas monopolistas nacionais, ou seja, soldou-se uma nova aliança de classe entre as burguesias nacionais, afastando com ela, pelo menos temporariamente, o risco de uma nova guerra mundial.

Três processos simultâneos e intercambiados permitiram esta aliança mundial das burguesias: a necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos em nível internacional.

O primeiro foi determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da Segunda Guerra Mundial. Os Planos Marshall e Colombo, as fusões entre empresas industriais estadunidenses e europeias, os acordos de São Francisco e de Bretton Woods, a criação do FMI, do BIRD e do Banco Mundial foram ações para estabelecer a regulação mundial para o movimento internacional de capitais derivados, sobretudo, dos fluxos de capitais estadunidenses na Europa, no Japão e, de resto em todo o mundo. O Gráfico 1 mostra o porte das reservas internacionais no fim de 2012 e a nova realidade gerada pelo mundialização dos monopólios: os países emergentes são agora seus maiores detentores.

**Gráfico 1 – Reservas internacionais (US\$ bilhões) – fim de 2012**



fonte: Gonçalves (2004).

O segundo, a produção capitalista internacionalizada, nasceu dos monopólios da pesquisa e da tecnologia que, articulado ao processo anterior, internacionalizaram as economias nacionais passando a controlar a força de trabalho, os mercados e as fontes de matérias-primas dos diferentes países. Assim, formou-se o mercado mundial de mão de obra, a posse e mo-

nopólios das fontes de matérias-primas e, a divisão dos mercados. A disputa foi substituída pela cooperação entre as empresas estrangeiras pelo processo de associação e/ou fusão com as nacionais. Dessa forma, as empresas mundiais nasceram como fruto dessa nova aliança de classes entre as burguesias nacionais dos diferentes países, transformando-se também, em burguesia mundial. Entre os principais exemplos de fusões e aquisições no mundo, estão as empresas internacionais (Quadro 1) e as nacionais (Quadro 2).

Como exemplo desse processo, também estão ocorrendo na economia brasileira fusões, aquisições, associações etc., frutos do neoliberalismo. De 1994 até 2014, ou seja, após o Plano Real, foram 9.821 transações. O Quadro 1 contém os dados que indicam o governo FHC com 2.667 (27,2%), o governo Lula, com 3.907 (39,8%), e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, com 3.247 (33,1%).

### Quadro 1 – Transações internacionais (fusões, aquisições, associações etc.)

ano	países	empresas	setor	US\$ bilhões
1998	EUA/ Alemanha	Chrysler e Daimler Benz	automobilístico	40
1998	EUA	Travelers Group e Citicorp	financeiro	70
1999	Alemanha	Vodafone AirTouch e Mannesmann	telefonía móvel	200
1999	EUA	MCI e Sprint Corporation	telecomunicações	115
2000	EUA	Exxon Corporation e Mobil Corporation	petróleo	80
2000	Grã-Bretanha	Glaxo Wellcome PLC e SmithKline Beecham PLC	farmacêutico	75
2000	EUA	Pfizer e Warner-Lambert	farmacêutico	88
2003	EUA	Pfizer e Pharmacia Corporation	farmacêutico	89
2004	Grã-Bretanha/ Holanda	Royal Dutch Petroleum e Shell Trading & Transport	petróleo	75
2004	França/ Alemanha	Air France e KLM	transporte aéreo	0,994
2004	França/ Alemanha	Air France e KLM	transporte aéreo	0,994
2007	Grã-Bretanha/ Bélgica/Holanda/ Espanha	Consórcio Royal Bank of Scotland (RBS), Fortis, Santander e ABN AMRO	financeiro	99
2012	Grã-Bretanha/Suíça	Glencore Internacional/Xstrata	mineração	33
2012	Japão/USA	Softbank/Sprint Nextel	telefonía móvel	21,6
2012	EUA/ Grã-Bretanha	Delta Airlines/Virgin Atlantic Airways	transporte aéreo	0,360
2014	EUA	Facebook/WhatsApp	redes sociais	16

fonte: Pesquisa [...] (2015).

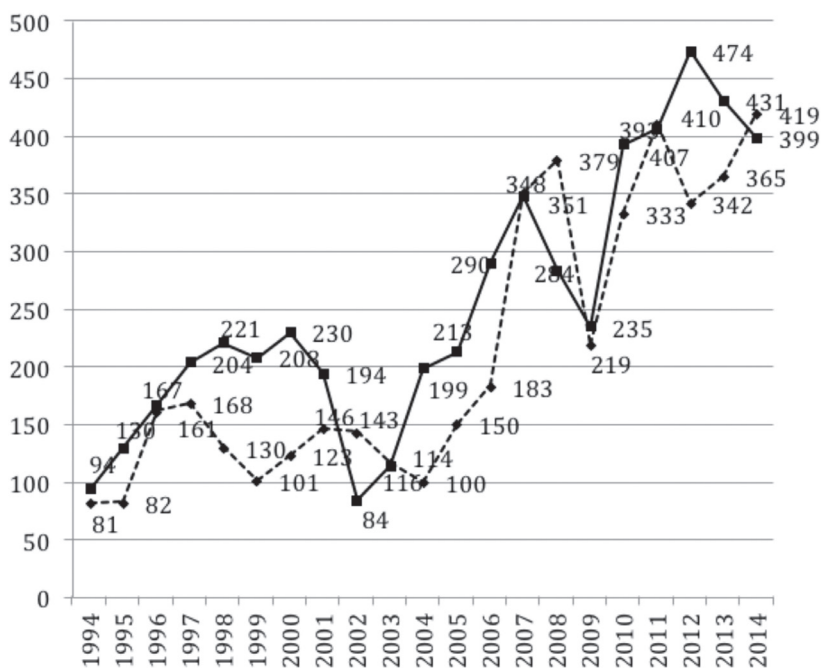
## Quadro 2 – Transações nacionais (fusões, aquisições, associações etc.)

ano	países	empresas	setor	US\$ bilhões
2004	Brasil/Bélgica	AmBev (brasileira) e a Interbrew (Belga)	bebidas	10
2008	Brasil	Banco Itaú S/A e Unibanco	financeiro	24
2010	Espanha/Portugal	Telefónica e Vivo	telefonía	0,060
2012	Brasil	Cosan e Congas	petróleo	1,800
2007	Brasil/USA	JBS-USA Holdings, Inc./Swift & Co.	carnes	0,225
2008	Brasil/USA	Cosan e ExxonMobil no Brasil	petróleo	0,826
2008	Brasil/Austrália	JBS S/A/Tasman Group	carnes	0,150
2009	Brasil/USA	JBS-USA Holdings, Inc./Pilgrims Pride Corporation	carnes	2,800
2010	Brasil/Austrália	JBS S/A/Rockdale Beef	carnes	0,037
2011	Japão/Brasil	Kirin/Schincariol	bebidas	2,500
2012	Brasil/Itália	JBS S/A/Seara Brasil	carnes	2,500
2012	Grã-Bretanha/Brasil	Diageo/Ypioca	bebidas	0,470
2012	Brasil	Azul e Trip	transporte aéreo	3,000
2012	USA/Brasil	United Health (UHG)/Amil	saúde	5,400
2012	USA/Noruega	Bunge Brasil/Yara International	fertilizantes	0,750
2014	Brasil/Austrália	JBS S/A/Primo Smallgoods	carnes	1,250

fonte: Pesquisa [...] (2015).

O processo acelerado do crescimento das fusões, aquisições e associações pós-Plano Real aparece também no crescimento da média dos governos de FHC, que foi de 333, de Lula, de 488, e de Dilma Rousseff, quase o dobro, de 811. Assim, o neoliberalismo vai deixando como marca histórica a formação de novos grupos econômicos mundializados (Gráfico 2).

## Gráfico 2 – Brasil – número total de transações (fusões, aquisições, associações etc.)



fonte: Pesquisa [...] (2015).

O terceiro foram as ações internacionais de governos, que se originaram dos dois processos anteriores (movimentos internacionais de capitais e produção capitalista internacionalizada) articulados à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. A constituição de governos nacionais/internacionais originou-se da deterioração dos poderes clássicos dos Estados nacionais associada ao emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional, favorecendo simultaneamente a mundialização do capital e a do trabalho pela empresa mundial. O *Consensus* de Washington está no cerne dos programas de reformas econômicas e fiscais que viraram rotineiras na maioria dos países emergentes.

Assim, a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos em nível internacional articulados contraditoriamente, estão na raiz da formação do capitalismo monopolista mundializado.

Portanto, foi a partir desse processo que os Estados nacionais permitiram que as empresas monopolistas mundiais passassem a se constituir nas novas organizações de controle da economia capitalista mundial. É a lógica dessas novas alianças originou-se da crescente necessidade de integração entre as diferentes tecnologias e setores da economia; dos custos crescentes em pesquisa e desenvolvimento; do encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos; e da escassez relativa de mão de obra altamente qualificado nos países industrializados. Em resumo, a raiz das novas alianças entre os Estados nacionais e as empresas multinacionais reside no fato de que elas necessitam do Estado nacional para enfrentar a mundialização, mas, para se mundializar, os Estados nacionais necessitam das empresas monopolistas mundializadas para conseguir legitimidade.

Esse processo consolida esta fase monopolista do capitalismo mundializado pela unidade (contraditória) das empresas monopolistas mundiais e das burguesias nacionais, ou seja, os capitalistas das empresas monopolistas mundiais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da empresa mundial não é apenas o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo monopolista uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O capitalismo monopolista mundializado, portanto, não está centrado apenas nos países ricos; o centro do capitalismo tornou-se difuso: está em todos os lugares do mundo onde estão as empresas monopolistas mundiais. Isso quer dizer que o capitalismo monopolista mundializado criou uma nova ordem mundial, fundada simultaneamente numa nova divisão internacional do trabalho nos termos de uma nova aliança da classe burguesa em nível mundial.

## **A mundialização da agricultura capitalista**

Com o processo de mundialização do capitalismo monopolista e conseqüentemente, do neoliberalismo, a agricultura capitalista também se transformou. É necessário esclarecer que antes do neoliberalismo, ela estava sustentada pela produção particularmente, dos camponeses apoiada por fortes subsídios agrícolas, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais e, a FAO era seu órgão mundial. Era a revolução verde, que segundo os ideólogos do capitalismo era o caminho para o final da fome no mundo. A fome não foi erradicada do mundo, pois, em 2014, havia 805 milhões de pessoas passando fome no planeta.

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, por uma subreptícia substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar. O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais em soberania alimentar. Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar, foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio (OMC), como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

Assim, sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda a produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para oferecê-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando a ser simplesmente mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. Isso quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Entre as principais *commodities* do campo, estão o trigo, o milho, o arroz, a soja, o algodão, o cacau, o café, o açúcar, o suco de laranja, o farelo e o óleo de soja, entre outras. No Brasil, há também o etanol e o boi gordo.

O segundo termo da tríade são as bolsas de mercadorias e futuro, que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das commodities. A principal bolsa mundial de comercialização de alimentos é a Chicago Mercantile Exchange (CME), ou *The Merc*, ou simplesmente Bolsa de Chicago. Ela faz parte do CME Group, que controla também a New York Mercantile Exchange (NYMEX), Chicago Board of Trade (CBOT) e a Commodities Exchange (COMEX). Esse grupo detém o principal e mais diversificado mercado de derivativos do mundo. Nela são formados os preços do trigo (*wheat*), do milho (*corn*), da soja, contrato Chicago (*soybeans*), do óleo de soja (*soybean oil*), do farelo de soja (*soybean meal*), da soja, contrato latino-americano (*SA soybeans*), do arroz em casca (*rough rice*), da aveia (*oats*), da carne bovina (*beef*), da carne suína (*pigmeat*), da carne de frango (*chicken*), do leite (*milk*), dos ovos (*eggs*), do etanol (*ethanol*) etc. Na Bolsa de Londres, são definidos os preços do açúcar (*sugar*), do café (*coffee*), do cacau (*cocoa*) etc. Na Bolsa de Nova York, correm as cotações do açúcar (*sugar*), do café (*coffee*), do algodão (*cotton*), do cacau (*cocoa*), do suco de laranja (*orange juice*) etc. No Brasil, a BM&FBovespa atua no mercado, inclusive futuro, do café (*coffee*), da soja (*soybeans*), do milho (*corn*), do boi gordo (*cattle*) e do etanol (*ethanol*).



O terceiro termo da tríade foi a formação das empresas monopolistas mundiais, o que permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do campo. Essas empresas monopolistas mundiais têm nas multinacionais suas bases formadoras, ou seja, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias etc. As empresas monopolistas mundiais, portanto, formaram-se a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes. Em nível mundial existem quatro empresas mundiais que controlam, praticamente, todo o mercado de alimentos no mundo. A maior delas é a Cargill Incorporated. Foi fundada em 1865, tem sede em Mineápolis, Minnessota (EUA), e atividades nos cinco continentes, atuando em 65 países. Produz e comercializa mundialmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, industriais e financeiros. Trata-se da maior corporação de capital fechado do mundo em termos de receita. Detém 2/3 das ações da Mosaic Company, uma das maiores empresas mundiais que produz e comercializa fosfato concentrado e potássio. Outra empresa monopolista do setor de grãos é a Archer Daniels Midland Company (ADM), que foi fundada em 1902, na cidade de Minneapolis, Minnesota (EUA), e atualmente tem sua sede em Decatur, Illinois (EUA). Trata-se de um conglomerado que opera mais de 265 plantas industriais em 75 países do mundo, processando grãos de cereais e plantas oleaginosas. Há também, entre as maiores empresas monopolista de alimentos do mundo a Bunge Limited. Foi fundada em 1818, como Bunge & Co, em Amsterdã, Holanda, e, tem sua sede atualmente em White Plains, Nova York (EUA). Entre as quatro principais empresas mundiais do setor de alimentos está também, o Louis Dreyfus Group, um conglomerado francês fundado em 1851. Atua na agricultura, no petróleo, na energia, em commodities (processamento, comercialização e *merchandising*) e no transporte internacional. A empresa Louis Dreyfus Commodities Netherlands Holding BV tem sede no World Trade Center Amsterdam, em Amsterdã (Holanda), com atividades em mais de 53 países.

No Brasil, as empresas monopolistas mundiais tem outra característica nova: abertura de capital e lançamento de ações em bolsas. Assim, na BM&FBovespa estão as ações da Duratex S/A (1966), da Suzano Papel e Celulose S/A (1980), da Eucatex S/A Indústria e Comércio (1994), da Cosan S/A (2005), da Brasilagro – Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas (2006), da Klabin S/A (2006), da Vanguarda Agro S/A (2006), da SLC Agrícola S/A (2007), da JBS S/A (2007), da Marfrig Alimentos S/A (2007), da Minerva S/A (2007), da Cosan LTD (2007), da São Martinho S/A (2007), da Tereos Internacional S/A (2007), da Satipel Industrial S/A (2007), da Fibria Celulose S/A (2009), da BRF S/A (2009) e da Biosev S/A (2013). É necessário destacar que, em 2007, a SLC Agrícola S/A tornou-se a primeira “fazenda” empresa de capital aberto do mundo a colocar ações em bolsas.

Com o neoliberalismo assiste-se a formação de grupos ou conglomerados econômicos (*economic groups ou economic conglomerates*), entre essas empresas, que atuam articuladamente em termos mundiais, pelo processo de fusão, aquisição, associação etc., tornando-se esta sua característica principal.

Dessa forma, essas empresas monopolistas mundiais (*global monopoly companies*) articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a *territorialização dos monopólios* (*territorialization of monopolies*) e a *monopolização do território* (*monopolization of territory*).

## **A territorialização dos monopólios na agricultura (*territorialization of monopolies in agriculture*)**

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, a mesma pessoa física ou jurídica aparece no processo econômico como duas classes sociais distintas: como proprietária de terra e como burguesia capitalista, em duas categorias sociais: uma agrícola e outra industrial. É por isso que essas empresas têm empresas para administrar o patrimônio fundiário. Por exemplo, a Cosan S/A tem a Radar Propriedades Agrícolas S/A; e tem também empresas para fazer a exploração agrícola da matéria-prima, como é o caso do grupo São Martinho S/A, que possui a Agropecuária Boa Vista S/A. Assim, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, numa só, a burguesia capitalista, como pensam muitos intelectuais. Insisto em afirmar que é por isso que o trabalho análogo à escravidão não desaparece no campo brasileiro – ele é um traço da condição de proprietário capitalista da terra no país.

Dessa forma, o processo de territorialização do monopólio se dá pelo controle da produção imediata sobre a circulação e deriva da especificidade técnica desses dois setores: o sucroenergético e o de celulose, papel e madeira plantada. Essa especificidade tem a ver com os setores que operam com matéria-prima cujo peso elevado, atua como fator limitante da distância entre a área de produção e a planta industrial de processamento. Isto quer dizer, que o custo do frete da matéria-prima atua como fator limitante da distância da área de plantio.

É preciso registrar também que o processo de territorialização do monopólio nos setores canavieiro e de plantio de florestas, originou-se igualmente, da relação entrelaçada entre o capital nacional e estrangeiro. O processo de mundialização do capital amalgamou, agora no plano mundial, esta aliança de classe em termos econômicos e políticos. Ou seja, as fusões, aquisições e associações geradas pelo neoliberalismo no Brasil, estão transformando empresas nacionais em empresas mundiais de seus respectivos setores. A Raízen S/A e a Fibria S/A são os exemplos mais expressivos.

## **A monopolização do território na agricultura (*monopolization of territory in agriculture*)**

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o *controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory)*, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade

de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. Isto quer dizer também, que estabelecem alianças de classes entre aqueles que produzem de fato no campo, geralmente os nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras.

No Brasil, monopolizam o território no setor de grãos as empresas mundiais ADM, Cargill, Bunge, LDC Commodities; El Tejar e Enrique Bañuelos. Mas fazem-no também as empresas nacionais Caramuru, Amaggi, Granol etc. Essas empresas monopolistas mundiais que atuam como *tradings companies* passaram a designar a comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais por um novo mecanismo chamado “dar origem a” ou “originar” (*originate*). Ou seja, são as empresas monopolistas mundiais (multinacionais ou nacionais) que passam a “dar a origem” a produtos que nunca produziram; no mercado mundial, tudo se passa como se elas os tivessem “produzido”. A mídia econômica usa o termo originação (*origination*) dos grãos para mostrar a importância e o papel dessas novas empresas mundiais. É por isso que muitos intelectuais e políticos têm compreendido de forma inversa o que ocorre na agricultura pela “estrangeirização”, pois a maioria delas tem origem estrangeira. Entretanto, nem elas plantam o que vendem, nem têm terras ou as arrendam para plantar – são apenas *trading companies* que estabeleceram relações de subordinação que lhes garantem o controle monopolístico do território. Os exemplos são a JBS S/A e a BRF S/A, entre as nacionais, e a Bunge, a Cargill, a ADM e a Dreyfus, entre as multinacionais.

### À guisa de conclusão

A mundialização do capitalismo monopolista gestou as empresas mundiais que comandam a mundialização da agricultura brasileira, ou seja, o agronegócio. A designação midiática da agricultura capitalista no mundo e, portanto, no Brasil também. Ela é a expressão concreta da nova aliança de classes entre as burguesias nacionais e, também no caso brasileiro, dos proprietários de terra e das empresas monopolistas mundiais. Em vários setores da agricultura capitalista nacional, a hegemonia é das novas empresas mundiais brasileiras.

A mundialização trouxe ainda as contradições ao universo conceitual, pois a mesma empresa mundial pode atuar de uma forma em um setor e de outra, em outro. É o que ocorre com a ADM, a Cargill, a Bunge e a Dreyfus, que atuam no setor canavieiro por meio da territorialização do monopólio e no setor de grãos monopolizando o território. Constroem, assim, relações diferentes e diferenciadas, submetendo a seus desígnios proprietários de terras, capitalistas e camponeses. E isso ocorre não pelo mando de estrangeiros, mas pela vontade e o desejo da burguesia brasileira em se desenvolver no seio da lógica do capitalismo monopolista mundializado. É por isso que a burguesia nacional está se fundindo com as demais burguesias nacionais, formando as empresas monopolistas mundiais.

## Referências

- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 86.
- CHESNAIS, F. **La mondialisation du capital**. Ed. augmentée. Paris: Syros, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. **La mondialisation du capital**. Paris: Syros, 1994.
- DOMINGUES, I. O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 225-250, set./dez. 2014.
- FREIRE, P. Globalização, ética e solidariedade. In: Dowbor, L. et al. (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GONÇALVES, R. Fluxo internacional de capitais. In: BAUMAN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. cap. 9. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/sessao\\_03\\_fluxos\\_de\\_capitais.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/sessao_03_fluxos_de_capitais.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2015
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MAMIGONIAN, A. Marxismo e globalização: as origens da internacionalização mundial. In: SOUZA, A. J. et al. (Org.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. Bauru, SP: AGB/Saraiva, 2000.
- OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. et al. **Território em conflitos, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014. v. 1. p. 15-101.
- \_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 3.; 2012, Bogotá. **Actas...** Barcelona: Geocrítica, 2012. v. 1. p. 1-15.
- \_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.
- PESQUISA DE FUSÕES E AQUISIÇÕES. 4º trimestre de 2014. **KPMG**, 2015. Disponível em: <[http://www.kpmg.com/br/pt/estudos\\_analises/artigosepublicacoes/paginas/fa-4-trimestre-2014.aspx](http://www.kpmg.com/br/pt/estudos_analises/artigosepublicacoes/paginas/fa-4-trimestre-2014.aspx)>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- SANTOS, M. Globalização, cidadania e meio técnico-científico-informacional. In: SOUZA, A. J. et al. (Org.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. Bauru, SP: AGB/Saraiva, 2000.